



# DEBATE SOBRE O PROGRAMA DO XXIII GOVERNO CONSTITUCIONAL

8 de abril de 2022

## Intervenção do Deputado Rui Rio

Senhor Presidente

Senhor Primeiro-ministro e demais membros do Governo

Senhoras e Senhores Deputados

Entre o programa que o PS apresentou nas recentes eleições legislativas e o de Governo que aqui apreciamos, a diferença é pouca, mas a realidade que vivemos é substancialmente diferente.

**A inqualificável invasão da Ucrânia por parte da Rússia**, com crimes de guerra intoleráveis, transformou a realidade que vivemos e, acima de tudo, a realidade que iremos viver.

Teremos, seguramente, um abrandamento da globalização da economia, com óbvias implicações ao nível do crescimento económico.

Teremos de fazer um maior esforço em matéria de despesa com a área da Defesa Nacional, com o conseqüente reflexo ao nível do Orçamento do Estado.

Teremos o efeito ricochete das imprescindíveis sanções económicas à Rússia, com uma ainda maior pressão sobre os preços das matérias-primas.

Teremos, a reboque dessa pressão, um forte aumento da inflação, com a inevitável subida das taxas de juro, o que é particularmente penoso para Portugal, devido ao gigantesco endividamento da nossa sociedade a todos os níveis; Estado, famílias e empresas.

Esta nova realidade, que não existia em 30 de janeiro, mas que existe desde 24 de fevereiro, deveria levar a uma maior diferença entre os dois programas que referi.



**A inflação** é, desde logo, um novo fenómeno que altera significativamente as circunstâncias em que o Governo tem de operar.

Cumprir o prometido nas eleições legislativas, implica **uma política de rendimentos que acomode uma inflação** como há muito não conhecíamos.

Para as promessas feitas pelo PS serem cumpridas e para a palavra dada ser honrada, então, os valores prometidos, seja para o salário mínimo nacional, para as pensões de reforma ou para os salários da função pública, têm de ser ajustados com o nível de inflação que temos de enfrentar.

Se assim não for, teremos uma acentuada perda do poder de compra dos pensionistas, dos funcionários públicos e dos trabalhadores em geral, ou seja, o contrário do que foi repetidas vezes prometido.

Mais evidente ainda, é, nesta matéria, **o preço dos combustíveis**. Sobre eles, a carga fiscal foi sempre pesada, mas com o PS a governar, ela atingiu máximos históricos. Mais de metade do preço que os portugueses pagam pelo gasóleo e pela gasolina, são impostos que, no que ao IVA concerne, estão a encher os cofres do Estado num montante nunca antes visto, nem previsto.

O ajustamento do ISP ontem anunciado, reduz um pouco, a partir de agora, o ganho extraordinário do Governo, mas não deixa de manter a aberração de termos as famílias em dificuldades económicas e o Governo a lucrar fiscalmente com a guerra.

**Impostos a mais**, como é timbre da governação socialista, origina sempre menos iniciativa empresarial e menos crescimento económico.

Por isso, exigia-se, também, neste programa **um maior apoio às empresas**. Exigia-se, no fundo, que elas fossem vistas com a relevância que realmente têm.

Relevância que é pouca em matéria de conquista imediata de votos, mas que é muita em termos da construção de uma economia mais robusta e mais competitiva.

São as empresas que podem criar os melhores empregos e os melhores salários que todos reclamamos. Apoiá-las hoje, é concretizar no futuro as promessas de uma vida melhor para todos os portugueses. Fazer o contrário, como vulgarmente o PS tem feito, é, na prática, enganar as pessoas; seja as que gostam de ser enganadas ou as que ingenuamente insistem em acreditar no Pai Natal cor-de-rosa.



Não vale a pena mostrar preocupação para com **a crescente emigração dos nossos jovens**, quando as políticas socialistas continuam a aproximar o nosso salário médio do salário mínimo nacional, nivelando a sociedade por baixo.

Se queremos dar uma oportunidade aos jovens e oferecer-lhes algum futuro em Portugal, tal não é compatível com uma visão de curto prazo que apenas se orienta para a conquista do voto fácil.

Se queremos efetivamente construir um País onde os jovens tenham futuro, temos de melhorar a nossa competitividade, promovendo o rigor, aumentando a produtividade, premiando o mérito e apoiando quem se esforçou por ter melhor preparação para se enquadrar num mercado de trabalho que necessitamos que seja mais qualificado.

Distribuir antes de produzir, é fomentar a inflação e o endividamento externo. **O caminho é produzir mais e melhor**, conseguindo empresas tecnologicamente mais avançadas e, por consequência, mais competitivas.

Na verdade, o Governo até tem apoiado algumas empresas, justamente as que não devia apoiar; as grandes empresas, com maior dependência do Estado e do poder político.

Não tem faltado dinheiro público para o Novo Banco, para a TAP ou para perdões fiscais à EDP.

Aliás, **a TAP não para de descaradamente desrespeitar os contribuintes.**

Depois de ter acumulado prejuízos durante décadas, que o Estado foi penosamente pagando, acaba de receber mais 3,2 mil milhões de Euros, ou seja, em média, mais 320 € de cada português.

Ainda assim, tem o desprazer de renunciar à sua obrigação de serviço público, decidindo recentemente eliminar mais 7 destinos e mais 700 mil lugares, neste caso, a partir do Porto.

No que à TAP concerne é tempo de dizer, basta!

Um sorvedouro de dinheiros públicos, que, pelos seus resultados negativos e pelo seu comportamento, não merece o respeito dos contribuintes portugueses. Com a cumplicidade ativa dos dois últimos governos, a TAP transformou-se ainda mais numa má empresa regional, paga com o dinheiro de todos nós; mesmo daqueles que ela vergonhosamente despreza.



É certo que os resultados eleitorais legitimam o Governo nesta sua política, mas isso não pode ser razão para que o PSD cale a sua voz de profunda discordância e profunda indignação para aquilo que classificamos como uma autêntica pouca-vergonha.

Senhor Presidente  
Senhoras e senhores Deputados

No programa que apreciamos, parece ler-se nas entrelinhas que o Governo começou finalmente a perceber **a desgraça para que atirou os nossos serviços públicos.**

Há décadas que eles não estavam tão ineficientes e tão desmazelados como hoje estão, após seis anos de uma governação marcada pelo facilitismo e pela falta de rigor.

Tirar o cartão de cidadão, a carta de condução ou o passaporte, é hoje uma aventura burocrática com que os portugueses têm de viver.

A **incompetência e o desleixo são evidentes** e atingem o seu expoente máximo, quando a segurança social chega a demorar bem mais de um ano para o simples deferimento da pensão de reforma de quem trabalhou uma vida inteira. Esta desorganização é própria de um País subdesenvolvido. Um País governado por quem mostra não ter capacidade, nem sequer amor-próprio, para gerir razoavelmente os serviços que estão sob a sua responsabilidade.

A mesma conclusão se tem de tirar, se olharmos para o setor da Saúde ou da Justiça, onde o desempenho também se tem vindo a degradar de forma acentuada.

**Na Saúde**, das listas de espera para cirurgias ou consultas de especialidade, até à falta de médicos de família ou à dificuldade em conseguir atendimento nos centros de saúde, tudo concorre para o preocupante crescimento da taxa de mortalidade em Portugal.

O PS foi lesto a deturpar as propostas do PSD na área da Saúde, inventando que queríamos alterar substancialmente a Constituição, mas, na verdade, é o próprio Governo que não cumpre essa mesma Constituição, quando, na prática, nega, em tempo útil, o acesso dos cidadãos aos serviços públicos de Saúde.

**Na Justiça**, posso repetir *ipsis verbis* o que aqui disse aquando da discussão do programa do anterior governo, porque nada de novo aconteceu. Porque nada de relevante, o anterior governo fez nesta degradada área da governação.



“Os Tribunais Administrativos e Fiscais continuam a demorar longos anos a decidir, os truques processuais continuam a imperar, os Juízos de Execução e de Comércio a arrastarem-se penosamente para desespero dos credores, os tribunais a funcionarem sem condições, as investigações criminais a serem partilhadas na praça pública para gaudío dos adversários dos direitos humanos e desalento dos democratas e o corporativismo a imperar no setor.”

Assim me pronunciei e assim me tenho de continuar a pronunciar perante a apatia e a conivência cúmplice do Governo para com tal estado das coisas.

Senhor Presidente

Como há muito venho referindo, é para mim absolutamente inequívoco que quase meio século depois do 25 de Abril, se tornou imperioso revitalizar o regime.

**Não basta reduzir a democracia à sua componente formal, para avaliarmos a sua qualidade.** Do ponto de vista substantivo, a sua evolução é a de uma óbvia erosão às mãos do tempo.

A crescente preponderância dos poderes minoritários, que numa lógica corporativa se vão impondo a um poder político com notórios problemas de credibilidade e de respeitabilidade pública, evidencia um desgaste que urge corrigir através de **reformas estruturais** aos mais diversos níveis.

Sem essas reformas, não rasgaremos novos horizontes, nem poderemos esperar que a degradação passe como que por milagre.

Revisitar a Constituição, reformar o sistema eleitoral, modernizar a lei dos partidos políticos e o seu funcionamento, promover a descentralização e modernizar a Justiça reforçando a sua eficácia e a transparência no seu funcionamento, são aspetos nevrálgicos para a qualidade da democracia e para o potencial de desenvolvimento do País.

São aspetos fundamentais para devolver a ação e a decisão a quem verdadeiramente se empenha ao serviço do interesse coletivo e não em prol do interesse que mais lhe convém. Era isto, que gostaríamos de ver vertido nas intenções políticas para esta legislatura. É isso, que não descobrimos na vontade política de quem nos vai continuar a governar.



Senhor Presidente  
Senhoras e senhores Deputados

Por força dos resultados eleitorais, o PS tem toda a legitimidade para formar Governo e apresentar o programa que muito bem entende.

Da parte do PSD, e tal como seria de esperar, estamos perante um documento e uma postura política em que não nos revemos.

Por nós, haveria mais rigor e menos facilitismo; mais visão de longo prazo e menos preocupações com o marketing; mais espírito reformista e menos foco na comunicação social; mais apoio às empresas e menos carga fiscal; e, muito claramente, menos Estado e mais sociedade civil.

Foi este o rumo que sempre defendemos.

É, pois, com ele em mente que com convicção e coerência, continuaremos a defender o interesse de Portugal.